

ano 20 – n. 76 | janeiro/março – 2022
Belo Horizonte | p. 1-270 | ISSN 1678-7072
R. bras. de Dir. Público – RBDP

**Revista Brasileira de
DIREITO PÚBLICO**

RBDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Os impactos da reforma da Lei de Improbidade Administrativa na Advocacia Pública

Luís Manoel Borges do Vale, Rafael Carvalho Rezende Oliveira	9
1 Introdução	10
2 O papel constitucional da Advocacia Pública.....	12
3 A subtração da legitimidade dos entes federativos para a propositura da ação de improbidade administrativa.....	14
4 Inconstitucionalidade da imposição representativa dos agentes ímprobos pelos órgãos da Advocacia Pública dos Estados e Municípios.....	17
5 O afastamento do “delito de hermenêutica” e a possibilidade de inovação na Administração Pública	22
6 A exclusão da remessa necessária nas ações de improbidade	24
7 O papel dos entes federativos no acordo de não persecução cível	25
8 Notas conclusivas.....	27
Referências	28

Novo marco legal da improbidade administrativa no Brasil: questão de alta transcendência

Ivana Mussi Gabriel, Gustavo Calçado	31
1 Introdução	31
2 Contexto da aprovação da nova Lei de Improbidade Administrativa	32
3 O conceito de improbidade administrativa e a questão do dolo específico	34
4 Sanções da Lei de Improbidade: questão da indisponibilidade de bens	36
5 As novas alterações (materiais e processuais) da Lei de Improbidade retroagem?	37
6 Conclusão	40
Referências	41

Pequena corrupção: particularidades e sua propensão a punir

Marcel Bernardi Marques, Jorge M. Oliveira-Castro	43
1 Introdução	43
2 A pequena corrupção e sua relevância no cotidiano	45
3 A propensão a punir a pequena corrupção.....	51
4 Conclusão	60
Referências	61

Notas sobre as categorias da “resistência” e do “retrocesso de direitos”

José Vicente Santos de Mendonça	67
1 Introdução	67
2 O que é a resistência?	68
3 Quem resiste? Contra o quê?	69
4 As diversas resistências.....	70
5 Existe um <i>direito</i> de resistência? Qual seu fundamento?.....	71
6 Existe um <i>dever</i> de resistência?.....	72

7	Limites e utilidade da resistência	74
8	Retrocesso de direitos e direito de resistência: recapitulando e identificando pontos em comum	74
9	Encerramento	79
	Referências	79

Mecanismos de aperfeiçoamento do controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Poder Legislativo

Ricardo Benetti Fernandes Moça	83	
1	Introdução	83
2	Controle preventivo de constitucionalidade pelo Legislativo no âmbito do Direito Constitucional.....	85
3	Do risco de se considerar o controle preventivo exercido pelo Poder Legislativo como meramente político	89
4	Da necessidade do auxílio técnico dos advogados públicos do Poder Legislativo na análise da constitucionalidade das proposições como mecanismo de prevenção da criação de leis inconstitucionais	93
5	Da criação de súmulas no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça das casas do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais como mecanismo de prevenção da criação de leis inconstitucionais	103
6	Mecanismos regimentais que fortalecem o controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Poder Legislativo como mecanismo de prevenção da criação de leis inconstitucionais	105
7	Conclusão	107
	Referências	109

A Emenda Constitucional nº 103/2019 e a nova ordem constitucional acerca da aposentadoria voluntária e a vacância de cargo público

Dulce Anne Freitas Feitosa	113	
1	Introdução	113
2	Aposentadoria como direito social fundamental	115
3	Aposentadoria e vacância de cargo público	117
4	Entendimento jurisprudencial sobre aposentação voluntária e permanência na atividade	122
5	Vedação da percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública.....	125
6	A Emenda Constitucional nº 103/2019 e a nova ordem constitucional acerca da aposentadoria voluntária e da vacância de cargo público.....	133
7	Prévio procedimento administrativo	136
8	Conclusão	145
	Referências	146

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o direito à obtenção de cópia de processo administrativo

Edite Hupsel, Risane Aguiar, José Ângelo Lago Filho	149
--	-----

A Lei nº 14.133 e o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): sugestões sobre sua utilização

Mário Saadi	159	
1	Introdução	159
2	A ampliação da possibilidade de utilização do PMI.....	160

3	Os cuidados em relação à adoção do PMI.....	163
4	Conclusão.....	165

Estado Consensual e os desafios da inovação: *Sandbox* regulatório como instrumento de experimentalismo controlado

Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Thiago Gomes do Carmo	167	
1	Introdução.....	168
2	Estado Consensual e os desafios da inovação.....	171
3	<i>Sandbox</i> regulatório.....	175
3.1	Mercado de capitais.....	180
3.2	Mercado financeiro.....	181
3.3	Mercado de seguros.....	182
4	Conclusão.....	184
	Referências.....	186

Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais (*endowments*) no Brasil

André Luís Vieira	191	
1	Considerações iniciais.....	191
2	Alcance e escopo legal.....	193
3	Aspectos conceituais e legais.....	196
4	Aspectos operacionais e procedimentais.....	201
5	Considerações finais.....	205
	Referências.....	205

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Direito Constitucional e Administrativo – Tema nº 606 – Repercussão geral – Competência da Justiça Federal – Reintegração de empregados públicos – Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) – Dispensa em razão de aposentadoria voluntária – Extinção do vínculo – EC nº 103 de 2019 – Natureza constitucional-administrativa da demissão – Cumulação – Provimientos e vencimentos. Recurso Extraordinário nº 655.283/DF.....	211
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário – Repercussão geral – Tema nº 445 – Julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão pelos Tribunais de Contas – Prazo decadencial de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas – Efeitos infringentes não configurados – Negativa de modulação. Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 636.553/RS.....	243
--	-----

Supremo Tribunal Federal

Suspensão de Segurança – Direito Previdenciário – Competência para a fixação de alíquotas de contribuição – Policiais e Bombeiros Militares –

Decisões impugnadas que afirmam a competência da União – Alegação de risco à economia pública – Ocorrência – Relevante diminuição na arrecadação de valores destinados ao pagamento de pensões e proventos de aposentadoria capaz de comprometer o equilíbrio atuarial do regime próprio de previdência dos militares – Preservação da competência legislativa do estado-membro. Agravo Regimental na Suspensão de Segurança nº 5.405/BA..... 249

Supremo Tribunal Federal

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Direito Previdenciário – Constituição estadual – Inclusão de servidores militares no Regime Próprio de Previdência Social do Estado – Contrariedade à norma geral fixada pela União, a partir da Lei Federal nº 13.954/19 – Fixação de critérios diferenciados para a aposentadoria de Policiais Militares, Oficiais de Justiça/Avaliadores e integrantes das carreiras de Perícia Oficial de Identificação Técnicas – Categoriais não abarcadas nas exceções taxativamente previstas no artigo 40, §4º-B, da Constituição Federal de 1988. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.917/MT..... 255

Instruções para os autores..... 269